

EDUCAÇÃO

V.12 • N.2 • Publicação Contínua - 2024

ISSN Digital: 2316-3828

ISSN Impresso: 2316-333X

DOI: 10.17564/2316-3828.2024v12n2p165-178



EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA PARA OS ANOS INICIAIS DE ESCOLARIZAÇÃO: SUPERAÇÃO OU ADAPTAÇÃO?

ENTREPRENEURIAL EDUCATION FOR THE EARLY YEARS OF SCHOOLING: OVERCOMING OR ADAPTING?

EDUCACIÓN EMPRESARIAL PARA LOS PRIMEROS AÑOS DE ESCOLARIZACIÓN: ¿SUPERACIÓN O ADAPTACIÓN?

Edilson de Araujo dos Santos¹

Merly Palma Ferreira²

Silvia Pereira Gonzaga de Moraes³

RESUMO

Neste trabalho buscamos refletir sobre a concepção da Educação Empreendedora que permeia o trabalho escolar. Compreendemos esse fenômeno mediante a análise da influência do modo de organização da sociedade na formação exigida dos sujeitos e sua materialização em práticas pedagógicas. Trata-se de uma pesquisa de caráter documental em que analisamos o livro do segundo ano – do professor e aluno – *Jovens Empreendedores Primeiros Passos*, produzido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Esperamos com esse trabalho elucidar, dentre outras questões, como a Educação Empreendedora, buscando apaziguar os conflitos sociais, assume a falsa ideia de solução para os problemas de empregabilidade resultantes do modo como o sistema capitalista se organiza e se reinventa.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Empreendedora. Relatório Delors. Acumulação Flexível. Formação do Sujeito.

ABSTRACT

In this paper we seek to reflect on the concept of Entrepreneurial Education that permeates school work. We understand this phenomenon by analyzing the influence of society's way of organizing itself on the training required of subjects and its materialization in teaching practices. This is a documentary study in which we analyzed the second year book - for teachers and students - Young Entrepreneurs First Steps, produced by the Brazilian Micro and Small Business Support Service (SEBRAE). With this work, we hope to elucidate, among other issues, how Entrepreneurial Education, seeking to appease social conflicts, assumes the false idea of a solution to employability problems resulting from the way the capitalist system organizes and reinvents itself.

KEYWORDS

Entrepreneurial Education; Delors Report; Flexible Accumulation; Subject Formation.

RESUMEN

En este trabajo pretendemos reflexionar sobre el concepto de Educación Emprendedora que impregna el trabajo escolar. Entendemos este fenómeno analizando la influencia del modo en que la sociedad está organizada en la formación exigida a los individuos y su materialización en las prácticas pedagógicas. Se trata de un estudio documental en el que analizamos el libro de segundo año - para profesores y alumnos - Jóvenes Emprendedores Primeros Pasos, producido por el Servicio Brasileño de Apoyo a las Micro y Pequeñas Empresas (SEBRAE). Con este trabajo esperamos dilucidar, entre otras cuestiones, cómo la Educación Emprendedora, buscando apaciguar los conflictos sociales, asume la falsa idea de una solución a los problemas de empleabilidad resultantes de la forma como el sistema capitalista se organiza y reinventa.

PALABRAS CLAVE

Educación Emprendedora. Informe Delors. Acumulación Flexible. Formación del Sujeto.

1 INTRODUÇÃO

Observa-se que a partir do fim do século XX, há uma recorrente propagação do discurso que busca cativar o trabalhador com ideais de liberdade e felicidade (Souza, 2006). Classificamos esse discurso de caráter empreendedor, no qual essa liberdade é em relação à ausência do trabalho formal, a possibilidade para que o indivíduo livre possa ser autônomo em sua realização profissional. Nesse cenário, o número de pessoas que optam pelo empreendedorismo no Brasil e, no mundo, vem crescendo, como é descrito no relatório divulgado pela Global Entrepreneurship Monitor (GEM, 2023).

O discurso do empreendedorismo para a autonomia da vida não se restringe às esferas administrativas e comerciais. A escola como espaço de formação vem sendo usada para proliferação de práticas que estimulam o empreendedorismo desde os anos iniciais do Ensino Fundamental. Diante desse contexto, cabe questionarmos: Qual a necessidade de formar desde os primeiros anos de escolarização jovens/crianças empreendedoras?

Nesse sentido, no presente artigo refletimos sobre como a concepção de Educação Empreendedora permeia o trabalho escolar, a fim de analisar a influência do modo de organização da sociedade na formação exigida pelos sujeitos e sua materialização nas práticas pedagógicas. Para isso realizamos uma pesquisa documental que tem como fontes os livros do professor e do estudante da coleção *Jovens Empreendedores Primeiros Passos – 2º ano*, produzido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2012).

Na organização do texto, inicialmente, apresentamos o contexto de transição do modo de produção capitalista rígida para a acumulação flexível - momento que requer um novo homem em meio à revolução científica e tecnológica. Na sequência, realizamos apontamentos sobre o sujeito que se pretende formar a partir das recomendações do Relatório Delors, que materializa como os organismos internacionais vêm incentivando a Educação Empreendedora nas escolas.

Por fim, expomos a análise do livro que é fonte documental desta pesquisa, a qual consiste em uma das formas de materialização das práticas pedagógicas voltadas para a Educação Empreendedora. Esperamos com este trabalho elucidar algumas questões referentes a concepção da Educação Empreendedora que permeia o trabalho escolar.

2 O HOMEM FLEXÍVEL: REFLEXÕES SOBRE O MODO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CAPITALISTA

Para analisar o fenômeno de entrada da Educação Empreendedora, realizamos um recorte temporal que busca desvelar o modo como a sociedade se organizou e o tipo de formação requerida aos sujeitos que culminou no discurso do empreendedorismo. Nosso recorte tem início com a transição do taylorismo/fordismo para a acumulação flexível, em que na metade dos anos de 1970 se considerava que havia problemas com a produção rígida. Coriat (1988, p. 15), afirma que existiu:

[...] uma instabilidade social recorrente (gerada pelo fato de o processo taylorista e fordista de trabalho se basear em grandes massas de trabalhadores não-qualificados, submetidas a ritmos de trabalho muito intensos, frequentemente acompanhados de más condições de trabalho).

Outro fato apontado por Harvey (2003) são os problemas que havia na rigidez dos mercados, bem como nos contratos de trabalho. Para o autor, qualquer tentativa de superar esses problemas “[...] encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora” (Harvey, 2003, p. 135). Assim, a acumulação flexível decorrente dessa crise do modo Taylorista/Fordista é “[...] marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (Harvey, 2003, p. 140). O pesquisador complementa que a acumulação flexível tem por características o:

[...] surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual. Tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos (Harvey, 2003, p. 140).

Neste sentido, Coriat (1988) descreve que houve nesse período de transição uma intensificação nas pesquisas no setor de novas tecnologias que resultou em uma nova cultura empresarial. Uma das principais contribuições dessa nova cultura foi “[...] desenvolver novos paradigmas de organização do trabalho para as grandes e pequenas séries, baseado na produção em *ilhas de trabalhadores* reunidos em ‘grupos autônomos’” (Coriat, 1988, p. 16, grifo do autor).

Kuenzer (2001) explica que durante a produção taylorista/fordista a necessidade de mão de obra era que respondesse diretamente ao seu posto de trabalho, no sentido técnico e comportamental. Por sua vez, no toyotismo há necessidade de trabalhadores flexíveis “[...] de modo que se adaptem, com rapidez e eficiência, a situações novas, bem como criarem respostas para situações imprevistas” (Kuenzer, 2001, p. 87).

Para a autora, as bases materiais foram alteradas, sendo preciso preparar um trabalhador novo, de modo que entenda as exigências do novo processo produtivo. Nesse novo sistema produtivo (acumulação flexível), as capacidades sofreram uma alteração e passaram a ser chamadas de competências, entretanto, essas competências têm por objetivo acatar as demandas para a valorização do capital.

Kuenzer (2001) descreve que, com as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, há novas formas de relação entre o Estado e a sociedade civil e uma crescente incorporação de tecnologia nos processos produtivos e sociais, em serviço do capital internacional. Quanto mais se simplificou as tarefas, mais conhecimentos são exigidos do trabalhador e com alteração da base rígida para a flexível é necessário o desenvolvimento das capacidades cognitivas comportamentais como:

Análise, síntese, estabelecimento de relações, rapidez de respostas e criatividade diante

de situações desconhecidas, comunicação clara e precisa, interpretação e uso de diferentes formas de linguagem, capacidade para trabalhar em grupo, gerenciar processos, eleger prioridades, criticar respostas, avaliar procedimentos, resistir a pressões, enfrentar mudanças permanentes, aliar raciocínio lógico-formal à intuição criadora, estudar continuamente, e assim por diante (Kuenzer, 2001, p. 86).

Ao considerarmos o contexto de entrada da acumulação flexível nas relações comerciais, nos indagamos sobre a relação que existe entre a acumulação flexível e a necessidade de haver indivíduos capazes de serem empreendedores? No próximo tópico abordamos brevemente sobre a necessidade de formar um indivíduo empreendedor, capaz de resolver seus problemas autonomamente, tendo como base os discursos constatados nos documentos dos organismos internacionais e na legislação educacional brasileira.

3 OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS E SUAS INFLUÊNCIAS NA FORMAÇÃO

Assegurar a aprendizagem dos alunos apresenta-se como um dos desafios que acompanham a profissão do professor. Porém, para atingir esse objetivo, outras questões que permeiam a trabalho docente muitas vezes são desconsideradas e nos desafiam no contexto escolar. Entram em cena as ameaças na carreira, condições das escolas, quem é sujeito que se pretende formar, os conteúdos curriculares e a forma como se deve ensinar, entre outras. São questões que as vezes passam despercebidas por alguns professores no movimento do processo de produção capitalista. Apenas nos deparamos com essas demandas quando nos é solicitado ensinar determinados conteúdos para formar sujeitos para o mercado de trabalho.

Libâneo (2016, p. 40) afirma que as políticas educacionais de cunho internacional nas últimas décadas “[...] têm sido influenciadas por orientações dos organismos internacionais, as quais produzem um impacto considerável nas concepções de escola e conhecimento escolar e na formulação de currículos”. O autor complementa que:

A internacionalização das políticas educacionais é um movimento inserido no contexto da globalização, em que agências internacionais multilaterais de tipos monetário, comercial, financeiro e creditício formulam recomendações sobre políticas públicas para países emergentes ou em desenvolvimento. Essas recomendações incluem formas de regulação das políticas em decorrência de acordos de cooperação, principalmente nas áreas da saúde e da educação (Libâneo, 2016, p. 42).

Encontram-se nos documentos dos organismos internacionais e na legislação da educação brasileira, como a LDB 9.394/96 que: “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. Entretanto, segundo estudos de Souza (2016), há um problema de ordem estrutural sobre a empregabilidade, em outras palavras, não há emprego para todos. Diante disso, como solucionar essa adversidade?

As políticas de cunho neoliberal deixam explícito que é necessário adequar a escola às necessidades do mercado. Como prova disso, constatamos no Relatório Delors (2010) que os sistemas educacionais devem “[...] fornecer respostas para os múltiplos desafios da sociedade da informação, na perspectiva de um enriquecimento contínuo dos saberes e do exercício de uma cidadania adaptada às exigências do nosso tempo” (Delors, 2010, p. 28).

Logo, evidenciamos o papel da educação como responsável pela formação de um sujeito que saiba agir por conta própria. No mesmo relatório encontramos indicadores sobre o desenvolvimento da autonomia do indivíduo, cujo objetivo da escolarização “[...] consiste em permitir que todos, sem exceção, façam frutificar seus talentos e suas potencialidades criativas, o que implica, por parte de cada um, a capacidade de assumir sua própria responsabilidade e de realizar seu projeto pessoal” (Delors, 2010, p. 10).

Estudiosos da área como Frigotto (2018), Kuenzer (2003), Souza (2006) e Libâneo (2016), cContra-pondo-se a essa concepção, afirmam que a educação não deve visar apenas o mercado de trabalho, mas a formação omnilateral, isso é, uma formação em todas as suas dimensões “[...] de condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas do ser humano (condições omnilaterais) capazes de ampliar a capacidade de trabalho na produção de valores de uso em geral” (Frigotto, 2018, p. 31-2).

Diante disso, no próximo tópico, discorreremos sobre a concepção de educação empreendedora que está estabelecida nos livros do professor e estudante do curso *Jovens Empreendedores Primeiros Passos*, produzido pelo Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2012a; 2012b). Em razão de seu referente empírico, essa pesquisa assume o caráter documental.

4 A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

Compreendemos até aqui, como as mudanças na organização do trabalho requerem novas necessidades na formação dos sujeitos, como a de formar um indivíduo que saiba resolver problemas e desenvolver sua autonomia. Além disso, vimos as orientações dos organismos internacionais sobre o modo como a educação deve se organizar para a formação desta autonomia. Com isso nos questionamos: Como esse contexto social se materializa nas práticas pedagógicas?

Para responder essa questão, valemo-nos da pesquisa documental, considerando que o seu procedimento “[...] é a relação teoria-empíria e as condições dessa relação, porque o sujeito intervém nessa relação e produz as condições de entendimento da realidade e de sua transformação” (Fávero; Centenaro, 2019, p. 178).

Assim sendo, apresentaremos, neste tópico, nossa análise do material produzido pelo Sebrae (2012a; 2012b) *Jovens Empreendedores Primeiros Passos*, destinado aos alunos do ensino fundamental (1º ao 9º ano). A escolha dessa fonte de pesquisa decorreu-se do fato de ser um material amplamente distribuído nas instituições de ensino do Brasil, com isso, torna-se um recurso didático que atinge a educação escolar em grande escala.

Em entrevista concedida à *Revista de Pós-Graduação em Administração Negócios*, Dolabela (2004, p. 128), um dos responsáveis pela proliferação da Educação Empreendedora no Brasil, afirma que o

“[...] empreendedor é um indivíduo que gera utilidade para os outros, que gera valor positivo para sua comunidade. Assim, procura-se desenvolver as comunidades através das pessoas”. Quando questionado se os pobres podem ou não serem empreendedores, o autor afirma que:

Em cada localidade, por mais pobre que seja, há conhecimento, há riqueza. Essa riqueza está nas pessoas, na forma de tradições locais que não são valorizadas ou não são conhecidas. Temos visto, através do contato com essas pessoas, que essas comunidades e essas pessoas são capazes de produzir processos de geração de auto-suficiência. **Pobreza não é ausência de renda. Pobreza é a incapacidade de um ser humano utilizar seu potencial para desenvolver-se** (Dolabela, 2004, p. 129, grifo nosso).

Observamos que é atribuída ao indivíduo a responsabilidade pelo seu fracasso bem como sua naturalização, além de conter termos provenientes da psicologia socialista, os quais elencam que o sujeito deve utilizar seu “potencial para desenvolver-se”. Kuenzer (2001) explica que frequentemente termos da pedagogia socialista são descontextualizados e utilizados a favor do capital, sendo essa a causa de equívocos na interpretação de pesquisadores e professores que confundem uma pedagogia do capital e a pedagogia para a emancipação.

Antes de expor sobre as tarefas que estão no livro do aluno, faremos alguns apontamentos sobre o conteúdo do manual do professor. O documento utilizado para esta análise foram os livros alunos do segundo ano (tanto manual do professor, como também o livro do aluno). Acreditamos que a lógica não é diferente nos outros livros da mesma coletânea. Estes, enquanto fontes primárias,

[...] trazem as marcas da sua produção original, de seu tempo de produção, de sua história. É necessário, então, captar as múltiplas determinações da fonte e da realidade que a produz; significa dizer captar os projetos litigantes e os interesses que os constituem (Evangelista, 2021, p. 59).

Com essa direção, buscamos analisar a natureza do curso a fim de desvelarmos sua intencionalidade, encontramos no manual do professor a seguinte definição:

O curso Jovens Empreendedores Primeiros Passos, como um curso do Sebrae destinado a fomentar a cultura empreendedora, procura apresentar práticas de aprendizagem, considerando a autonomia do aluno para aprender, o desenvolvimento de atributos e atitudes necessários para a gerência da própria vida (pessoal, profissional e social). **Esta visão vai ao encontro dos quatro pilares da educação, propostos pela Unesco** [...] (Sebrae, 2012b, p. 10, grifos nossos).

O material apresenta de forma explícita que segue as recomendações dos organismos internacionais, como no caso é citado a Unesco. A Educação empreendedora deve, como mostra o material, incentivar que os estudantes busquem o autoconhecimento, no qual, pela educação “[...] deve atuar como transformadora deste sujeito e incentivá-lo à quebra de paradigmas e ao desenvolvimento das habilidades e dos comportamentos empreendedores” (Sebrae, 2012b, p. 10).

Outro ponto em comum que, encontramos entre o material e o Relatório Delors é a ideia de educação para toda a vida. No material do docente encontramos a seguinte reflexão:

A intenção é de despertar nos alunos o espírito empreendedor que deverá ser desenvolvido ao longo da sua existência, pois ensinar a empreender é algo que se vê no dia a dia. E o desenvolvimento deste espírito empreendedor tem como objetivo que o aluno aprenda a empreender a própria vida (Sebrae, 2012b, p. 11).

Por sua vez, no Relatório Delors (1998, p. 9) ao tratar da educação ao longo da vida apresenta que “[...] fomos levados a retomar e a atualizar o conceito de educação ao longo da vida, de maneira a conciliar a competição incentivadora com a cooperação fortificante e com a solidariedade que promove a união entre todos”. Em que pela concepção de educação permanente, o sujeito deve pensar em sua própria construção, seus saberes, capacidade de julgamento e ação. E com isso “[...] deve permitir que cada um venha a tomar consciência de si próprio e de seu meio ambiente, sem deixar de desempenhar sua função na atividade profissional e nas estruturas sociais” (Delors, 1998, p. 12).

Ao observarmos as finalidades dispostas do material no manual do professor, nos direcionamos para o perfil de um professor da Educação Empreendedora. Este deve,

[...] ser de mediador das descobertas do grupo. Além do mais, este deve ter iniciativa para a sua formação continuada, abrindo-se a novas maneiras de aprender e ensinar. Para tanto, sua prática necessita interagir com as diferentes formas de aprendizagem, contribuir para um ambiente motivador, respeitar os estilos individuais e do grupo, acolher a realidade e o interesse da região, estimular a autonomia, a argumentação e a criação, propiciando que todos alcancem os objetivos (Sebrae, 2012b, p. 10).

Inteira ainda que:

O papel do professor é de extrema importância nesse curso, por que ele será o mediador entre a visão empreendedora proposta e os alunos. **Por isso, é necessário que você ‘compre’ a ideia, veja o curso como um empreendimento e, assim, contribua com suas experiências e criatividade** [...] você verá as possibilidades de desenvolver-se como pessoa e como empreendedor e com toda certeza os encontros serão divertidos e produtivos (sebrae, 2012b, p. 13, grifo nosso).

No que diz respeito à composição das tarefas a serem realizadas pelos escolares, os elaboradores do material deixam claro que essas “[...] têm propósito pedagógico e são alicerçadas na premissa da educação empreendedora que busca promover a prática, o aprender fazendo como estratégia educacional que possibilite estimular atitudes empreendedoras nos alunos” (Sebrae, 2012b, p. 11). Isso também, se assemelha ao que é dito no Relatório Delors sobre tarefas que são práticas, quando afirma que

[...] a educação é, também, uma experiência social, mediante a qual a criança descobre-se a si mesma, desenvolve as relações com os outros, adquire as bases do conhecimento e do *savoirfaire*. Essa experiência deve iniciar-se antes da idade da escolaridade obrigatória, sob formas diferentes, conforme as circunstâncias, além de implicar a família e a comunidade de base (Delors, 2010, p. 9).

Com o discurso do apreende-se a fazer fazendo, o livro do segundo ano tem como objetivo a criação de uma loja de produtos naturais, como tema base, o agronegócio. Para introduzir o tema, os elaboradores do material relatam:

Somos grandes produtores de laranja, de açúcar, de carne bovina, de soja e de outros grãos. Com todo esse potencial, podemos dizer que é necessário investir na educação empreendedora focada nesse setor, enfatizando o desenvolvimento sustentável e o setor agrícola, ou seja, uma educação que valorize os bens da terra, que aponte ao aluno muitas opções que o próprio setor propõe (Sebrae, 2012a, p. 13).

Ao colocar essa informação, não complementam nas mãos de quem então concentrada as grandes produções. O desconhecimento dessas informações pode gerar o equívoco de compreender que por se tratar de um país agrícola todos os agricultores são grandes produtores, portanto, têm chances de adquirir grandes lucros no agronegócio.

O livro do aluno está organizado em doze capítulos, para ser desenvolvido um em cada encontro. Destacamos que um deles é destinado a vendas dos produtos plantados pelos alunos. Como o objetivo do livro não é servir de base para o ensino dos conteúdos das disciplinas formais, não iremos neste trabalho discutir sobre o senso comum presente nas tarefas que exigem um melhor embasamento nos conceitos científicos; isso caberá explicar em outro estudo.

Nossa análise buscou identificar as concepções presentes no livro sobre o que vem a ser um empreendedor, bem como aspectos que vão diretamente ao encontro do que é recomendado pelos organismos internacionais. Uma tarefa que encontramos no livro relata sobre o fato de que vivemos juntos, entretanto, somos diferentes. Assim diz a tarefa:

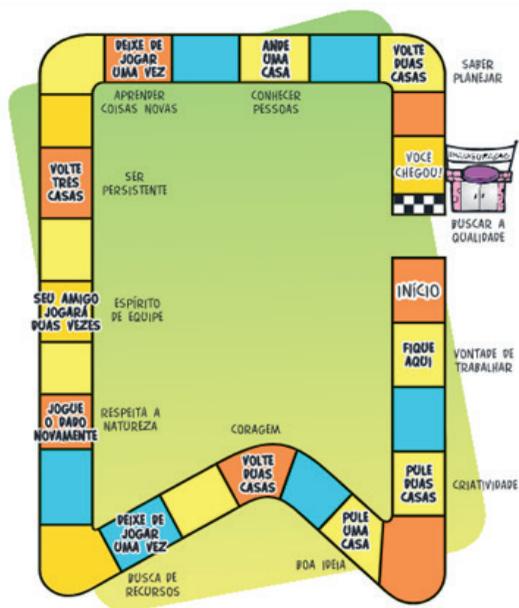
Na natureza, encontramos uma variedade de espécies de plantas e animais. Isso é chamado de biodiversidade. Por isso é importante entender que nós, seres humanos, também somos parte da natureza. Além de alimentos, as árvores também fazem sombra! Existem milhares de espécies de plantas. Tem espécie que cresce tanto que vira uma árvore. É muito gostoso ficar embaixo de uma árvore curtindo sua sombra num dia de calor. [imagem de um garoto em uma árvore]. As árvores também ajudando os animais, dando frutos e servindo de abrigo. Para nós, seres humanos, além dos frutos, as árvores fornecem madeiras, corantes, óleos e matéria-prima para diversos tipos de remédios. Todos nós somos diferentes uns dos outros, mas a natureza nos faz estar juntos. Por isso, devemos respeitar o que cada um tem de diferente, porque somos todos importantes e porque precisamos uns dos outros para viver (Sebrae, 2012a, p. 55, grifos nosso).

Existem diferentes fatos conflitantes nesse trecho, todavia um que nos chamou a atenção foi o fato do estereótipo de vida no campo como sendo uma vida tranquila, linear. Além de que, o mesmo livro que incentiva o agronegócio ressalta a importância de preservar o meio ambiente, pois nós seres humanos fazemos parte deles. De acordo com a *Revista Fórum* (2016), de 2000 até 2010, o agronegócio gerou 70% do desmatamento na América Latina.

Outro ponto que destacamos é a mensagem que se refere ao fato de que todos os indivíduos são diferentes, porém deve-se compreender que necessitamos uns dos outros para viver. Com base nessa afirmação, podemos retomar o conceito de diversidade presente no Relatório Delors em outros documentos dos organismos internacionais, no qual podemos constatar que não há a busca de uma superação das desigualdades, mas a manutenção do modelo social vigente.

O livro do aluno propõe diferentes estratégias lúdicas para a criação do espírito empreendedor, entre elas destacamos um jogo de tabuleiro que tem por finalidade ensinar o que é necessário para ser um empreendedor de sucesso.

Figura 1 – Jogo Para ser um empreendedor de sucesso



Fonte: Sebrae (2012a, p. 42)

Nos decorrer das partidas, os jogadores vão passar pelos tópicos “vontade de trabalhar; criatividade, boa ideia, coragem, busca de recursos, respitar a natureza, espírito de equipe, ser persistente, aprender coisas novas, conhecer pessoas e saber planejar”, os quais são identificados como sendo os segredos para ser um bom empreendedor. Compreendemos a partir dos estudos de Souza (2006)

que, a concepção de trabalho livre e da autonomia para empreender, objetiva naturalizar no jovem a responsabilidade pelo desenvolvimento econômico da sua esfera social ou comunidade. E, com isso, secundariza a compreensão do modo como o capitalismo se estrutura e que, em decorrência desta organização, ocorre o desencadeamento do desemprego estrutural.

No decorrer dos doze capítulos do livro existe uma sequência de como deve ocorrer um plano de negócios. Observamos que o aluno deve ser aspirante a empresário e tem como missão apreender as estratégias de competição, porém deve respeitar a natureza, pois ela é o que nos mantém vivos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se desenvolveu a partir da reflexão sobre o discurso da Educação Empreendedora, considerando os conflitos engendrados pela organização da sociedade e sua influência na formação exigida dos sujeitos em práticas pedagógicas. Inicialmente foi apresentado o contexto de transição da produção rígida para a acumulação flexível, no qual se compreende que há necessidade de um novo homem em meio à revolução científica e tecnológica que saiba por sua autonomia resolver problemas.

Kuenzer (2001) afirma que durante a produção taylorista/fordista a necessidade de mão de obra que respondesse diretamente ao seu posto de trabalho, no sentido técnico e comportamental. No toyotismo há necessidade de trabalhadores flexíveis, que se adaptem rapidamente e com eficiência diante de situações novas, capazes de resolverem imprevistos (Kuenzer, 2001).

Esse novo indivíduo é aquele capaz de criar respostas a situações imprevistas, ou seja, capaz de adaptar-se e não, necessariamente, de observar as contradições do capital. Esta concepção de indivíduo economicamente livre se dimensiona no discurso do empreendedorismo, no qual observamos no Relatório Delors (2010) que a educação deva desenvolver a autonomia para que o indivíduo deva ser responsável pelo seu projeto de futuro.

Constatamos no Livro *Jovens Empreendedores Primeiros Passos* (Sebrae, 2012), a materialização das práticas pedagógicas para a educação, no qual existe um discurso sobre o Brasil ser um grande produtor agrícola, porém não esclarece nas mãos de quem estão concentrados os meios de produção da agroindústria. O mesmo material fornece uma visão de professor, em que este deve ser mediador da visão de empreendedorismo dos alunos e deve ser empreendedor de sua própria formação.

Neste estudo sobre a Educação Empreendedora realizamos algumas reflexões sobre o discurso de liberdade e desenvolvimento da autonomia. Evidenciamos que tais discursos vêm de forma a apaziguar os conflitos gerados pelas contradições do sistema econômico capitalista, de forma a reforçar a sua manutenção, ou seja, sua adaptação.

Ao passo que se propõe liberdade camufla-se a falta de emprego, propõe-se autonomia renuncia-se a responsabilidade do sistema capitalista diante dos problemas de ordem social. Como consequência, percebemos a busca por uma formação que inibi a escola de realizar sua principal função: promover uma educação de qualidade, “[...] aquela mediante a qual a escola promove, para todos, o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais” (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2003, p. 118).

REFERÊNCIAS

CORIAT, Benjamin. Automação programável: novas formas e conceitos de organização da produção. *In*: SCHIMTZ, H.; CARVALHO, Ruy de Q. (org.). **Automação, competitividade e trabalho: a experiência internacional**. São Paulo: Hucitec, 1988. p.13-61.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por. Acesso em: 18 jan. 2024.

DOLABELA, Fernando. Pedagogia Empreendedora. **Revista de Negócios**, Blumenau, v. 9, n. 2, p. 127-130, abril/junho 2004.

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. *In*: ARAÚJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. (org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas, SP: Alínea, 2012, v. 1, p. 52-71.

FAVERO, Altair Alberto; CENTENARO, Junior Bufon. A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites. **Contrapontos**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 170-184, jan. 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-71142019000100170&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

GEM. **Global Entrepreneurship Monitor 2023/2024 Global Report: 25 Years and Growing**. London: GEM. 2023.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Trad. Adail Sobral e Maria Gonçalves. 25. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 135- 162.

KUENZER, Acácia Zenaida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. *In*: LOMBARDI, José Claudinei *et al.* (org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Editores Associados. 2001. p. 77-95.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estruturas e organização**. São Paulo: Cortez, 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 159, p. 38-62, 2016. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/3572/pdf.4>. Acesso em: 8 fev. 2024.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Unidade de Capacitação Empresarial. **Temperos Naturais**. 2º Ano – Livro do Aluno. Brasília, DF, 2012a.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Fundamentação Metodológica Guia do Educador**. Unidade de Capacitação Empresarial. Brasília/DF, 2012b.

SOUZA, Adriano Mohn. **Jovens e educação empreendedora: que discurso é esse?** 2006. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006.

Recebido em: 22 de Fevereiro de 2020

Avaliado em: 15 de Junho de 2024

Aceito em: 31 de Julho de 2024



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

1 Doutor em Educação, Universidade de São Paulo – USP; Professor da Faculdade de Educação – FAED, Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.
E-mail: edilsonaraujosantos1@gmail.com.
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-6430-0489>.

2 Doutora em Educação, Universidade de São Paulo – USP; Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá – PPE-UEM; Professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Diversidade e Inclusão, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – PPGECD/UFRB.
E-mail: spgmoraes@uem.br.
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-0937-5581>.

3 Doutora em Educação, Universidade Estadual de Maringá – UEM; Professora do Colegiado de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR/Apucarana.
E-mail: merlypf@gmail.com.
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-5968-6786>.

Copyright (c) 2024 Revista Interfaces Científicas - Educação



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilha Igual CC BY-SA

